

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1312.01/2019-SMS

A Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Fortim, consoante autorização da Sr.^a Ordenadora de Saúde, vem abrir o presente processo de dispensa de licitação para a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DERMATOLÓGICOS E MATERIAIS PARA CONTROLE DE DIABETES MELLITUS MEDIANTE DEMANDA DE PROCESSOS JUDICIAIS, JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.**

1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação encontra amparo no inciso IV, do art. 24 e parágrafo único do art 26, da Lei de Licitações e suas alterações posteriores.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A razão desta contratação emergencial se encontra devidamente justificada pela urgência do objeto em questão.

Ademais, justifica-se também pelos PROCESSOS JUDICIAIS.

A imprevisibilidade é considerado requisito vital para a caracterização da contratação emergencial, segundo o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93. Pelo exposto, não resta dúvidas que são imprevisíveis os fatos que podem ocorrer no transcorrer da licitação, tornando quase impossível, desta forma, a previsão do término dos trabalhos relativos ao processo em pauta. Por conseguinte, tão longa demora no andamento do processo, gera a necessidade dessa compra emergencial, pelas razões citadas, que com certeza atendem a todos os requisitos exigidos para essa dispensa de licitação, prevista no inciso IV, do art. 24 da Lei de Licitações.

Segundo o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, *verbis*:

"... a emergência é a nosso ver caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas." (obra cit., Ulisses Jacoby Fernandes).

No mesmo sentido, o saudoso Hely Lopes Meirelles, afirma que:

"... a emergência há que ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento." (in Licitação e Contrato Administrativo, 9ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97).

O Magistério de ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL, com muita propriedade, aduz que a emergência, "*verbis*":

"é (...) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência."

A Dispensa de licitação em tela está em consonância com a orientação traçada pelo egrégio Tribunal de Contas da União: "Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação;

1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento de situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;

3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado." (TCU, TC-247/94, Min. Carlos Atila, 01/06/94, RDA vol. 197, p. 266).

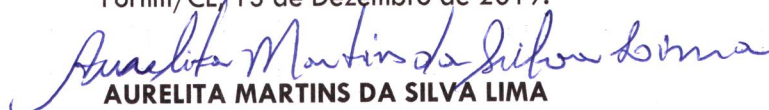
3 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) ocorreu com base na prévia pesquisa de preços efetivada para a realização desta dispensa através do Setor de Compras, entre as empresas. A razão da opção em se contratar as empresas: **FCNN COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **26.843.356/0001-80**, pelo valor global de **R\$ 3.863,70 (Três mil oitocentos e sessenta e três reais e setenta centavos)**, por ser a(s) que cotou(aram) o menor preço compatível com a realidade mercadológica. Os preços propostos por estas empresas para a contratação direta estão dispostos abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNT	LIC.01	TOTAL	LIC.02	TOTAL	LIC.03	TOTAL	MÉDIA	TOTAL
01	Agulha descartável 32G TIP ETW 4MM	Caixa	6	93,00	558,00	98,00	588,00	99,00	594,00	96,67	580,02
02	Ai balsamo hidratante 200ml	Und	5	149,80	749,00	159,50	797,50	159,90	799,50	156,4	782,00
03	Sabonete líquido baby 200ml	Und	5	14,59	72,95	14,99	74,95	15,99	79,95	15,19	75,95
04	Lancetas de medisafe solo 28g	Caixa	6	89,90	539,40	91,00	546,00	97,00	582,00	92,63	555,78
05	Loção Hidratante 400ml	Caixa	6	114,90	689,40	116,99	701,94	119,90	719,40	117,26	703,56
06	Protetor solar infantil loção FPS70 100g	Und	5	97,99	489,95	98,99	494,95	101,99	509,95	99,66	498,30
07	Sabonete líquido baby 400ml	Caixa	5	62,00	310,00	62,90	314,50	64,80	324,00	63,23	316,15
08	Dercos Shampoo sensi care 400ml	Und	5	91,00	455,00	94,50	472,50	95,00	475,00	93,5	467,50

- **LICITANTE 01.** FCNN Comercio de Medicamentos Eireli, inscrito no CNPJ sob nº 26.843.356/0001-80.
- **LICITANTE 02.** A G da Silva Neto Drogaria - ME, inscrito no CNPJ sob nº 14.635.549/0001-67.
- **LICITANTE 03.** Maria Tereza Neuma Gomes Duavy - ME, inscrito no CNPJ sob nº 02.517.836/0001-93.

Fortim/CE, 13 de Dezembro de 2019.


AURELITA MARTINS DA SILVA LIMA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação